

Maria Luísa Leal

Universidade de Extremadura

Naufrágio e imaginário português: entre a ironia e a inquietação¹

É conhecida a presença da reflexão identitária no romance português contemporâneo e a respectiva adequação a uma reflexão secundária que desenvolve as pistas dos universos ficcionais e as cruza com outros campos do saber. Podemos mesmo arriscar-nos a dizer que o próprio discurso crítico se viu alterado pela temática identitária, deixando as disciplinas tradicionais da retórica, da estilística e da análise literária de tipo narratológico para entrar em terrenos como o dos estudos culturais, dos estudos pós-coloniais, da sociologia, ou outros que não tenham na auto-referencialidade da obra literária um postulado de base. Depois de árduos esforços para definir o que era a literatura e para circunscrever a irradiação da obra literária ao universo ficcional, limitando o seu alcance referencial, por força das próprias temáticas presentes no romance contemporâneo volta a colocar-se a questão de a literatura poder *dizer o mundo*. A relação com uma realidade extrínseca, a mensagem ou a tese, aliadas ao tema, tornam a ser uma categoria a estudar. Os romances com estas características voltam a ser *sobre* qualquer coisa que tem de ser procurada no real e não apenas no universo ficcional. Ora, já tinha ficado longe o conceito de romance como epopeia burguesa escrita com a pretensão de corrigir os vícios da sociedade, o próprio Eça ultrapassou esse projecto. Como longe ficou a epopeia distópica do neo-realismo. Sendo assim, porquê

¹ Esta comunicação foi elaborada no quadro do projecto “Imágenes de la Identidad y de la Alteridad en las relaciones luso-españolas: Portugal, Extremadura, España (IMLUES)” da *Universidad de Extremadura*, financiado pela *Junta de Extremadura* (expediente: PRI08A057).

a insistência, em tantos romances de finais do século XX, em comentar e reflectir sobre o real? E por que motivo preferem os seus autores a velha forma narrativa romanesca, que já tanto deu de si e se vê assim obrigada a fazer uma espécie de caminho ao invés nas suas conquistas expressivas? Não seriam a crónica ou o ensaio formas mais adequadas ao estudo de um tema, à argumentação ideológica e à demonstração de teses?

As questões que acabo de colocar são evidentemente retóricas, mas, mesmo assim, gostaria de avançar uma resposta, ainda que apenas para suscitar o respectivo debate: aquilo que os autores que escrevem actualmente romances com questões sociais e identitárias como tema fulcral buscam são *leitores de romances*. Não procuram o leitor do *Monde Diplomatique* e ainda menos o leitor de ensaios, procuram sim o leitor de *literatura*, aspiram a uma forma de leitura estética. E, em certos casos, essa estratégia de escrita funciona. Dou um exemplo: o romance de João de Melo *O mar de Madrid*², traduzido para espanhol em 2009 e que é apresentado pela respectiva editora do país vizinho como “una historia que transcurre entre las “tierras bajas” del mar y la meseta castellana, una “comedia dramática” que incluye la nobleza del sentimiento amoroso entre un hombre y una mujer.”³ Ora, aquilo que a crítica tem destacado nesta obra, sobre a qual muito se tem escrito, não é a história amorosa entre um poeta português e uma escritora de novela negra catalã, mas as questões identitárias tratadas no romance. Evocam-se as *verdades cansadas* (estereótipos) que circulam entre portugueses e espanhóis e a comédia dramática desfia, paralelamente à trama narrativa, um discurso ideológico algo irónico que muito se presta à discussão – aí reside a sua fortuna crítica. Que pensava Dolors, depois de romper com o seu episódico amante português e de bem sovada pelo marido (tópico da violência doméstica como característica espanhola)? Que

os portugueses de agora não mereciam nada de nada, nem a sua independência nem a sua história, nem a sua condição de europeus, a começar pelos políticos,

² João de Melo, *O mar de Madrid* (Lisboa: Dom Quixote, 2006).

³ Consultado em <http://www.edicioneslinter.com/narrativa/mar.html> a 23-9-2010.

fossem eles urbanos ou camponeses, e a acabar nos padres, nos escritores, nos poetas e nos simples apaixonados.⁴

Em pleno drama pessoal, evoca pruridos históricos e coloca na balança a velha questão da independência portuguesa que, precisamente, a Catalunha, sua província natal, não teve, ou a entrada de Portugal na Europa, ao mesmo tempo que Espanha.

Outro exemplo desta busca do leitor de romances é aquilo que José Domingues de Almeida designou, no título da sua comunicação incluída no presente colóquio, como “les romans-épave du Détroit”, obras que aprofundam o tema do naufrágio às portas da Europa, a tragédia da actual busca do Eldorado no espaço de Shengen onde a livre circulação existe para os que estão dentro desse espaço, mas onde a entrada é recusada a muitos que desejariam aceder a ele. Esta tragédia que nos chega através de imagens jornalísticas ou televisivas começou por ser sistematicamente tratada no *Monde Diplomatique*, mas têm surgido, principalmente já neste século, vários romances que desenvolvem o tema. Terá a literatura um poder que os poderosos *mass media* já não possuem? Penso que sim e que isso se prende com uma atitude leitora e com um papel que só pode ser desempenhado pelo leitor de romances.

Para ler um romance é preciso investir um determinado tempo, superior ao que se emprega na leitura jornalística ou na visualização de imagens (o cinema ou o documentário jogam, precisamente, com a necessidade de conter a respectiva diegese em tempos fixos, de curta ou longa metragem, por exemplo). Assim, as imagens que nos penetram através da leitura levam mais tempo a impregnar-nos e, se chegam a ter impacto em nós, têm-no de forma mais duradoura. Mas, sobretudo, ler um romance implica uma atitude de disponibilidade em que se suspende a descrença. A procura da leitura estética torna-se numa verdadeira estratégia de apelo à disponibilidade do leitor. Disponibilidade e suspensão da descrença são as duas atitudes de base que encontramos no horizonte de expectativa de escritores que tratam temas como a relação entre culturas ou a questão da identidade

⁴ João de Melo, *op. cit.*, p. 288.

nacional. Criadas as condições de leitura em que governa a convenção estética de suspensão de relação com o mundo e com a factualidade, é mais fácil fazer passar uma mensagem que tem como fim último não diria já mudar o mundo, mas certamente levar a reflectir sobre ele. A par de uma finalidade estética que ninguém contesta, a literatura volta a ter uma finalidade sub-repticiamente pragmática – afirmação que, sou consciente, é no mínimo discutível.

Portugal como problema é uma formulação que estamos habituados a encontrar quando aprofundamos o alcance imaginário dos grandes romances portugueses, nomeadamente as *Viagens na Minha Terra* de Garrett ou *Os Maias* de Eça, obras-primas que angustiam por não apresentarem uma saída airosa para o país com o qual os seus autores foram homens comprometidos. Em datas mais próximas, a obra de Lobo Antunes é aquela que mais amplamente espelha o problema português, usando, nomeadamente, vários tipos de espelho, também os que deformam, como tão exemplarmente fez n' *As naus*⁵. Que *Portugal como problema* pode chegar a interessar os portugueses explica-o, por exemplo, o sucesso editorial de uma obra ensaística de um filósofo, José Gil, *Portugal, Hoje: o Medo de Existir*.⁶ Publicada em 2004, por 2007 ia já na sua 11ª edição (creio que é a que está actualmente disponível no mercado), acrescentada com um comentário do autor à evolução do país e às críticas recebidas pelo seu livro. Porém, este é um exemplo que se destaca no panorama português, da mesma forma que, como obra conhecida enquanto conjunto que trata de questões identitárias, se destaca a de Eduardo Lourenço, neste caso como extensão metonímica de dois textos, *O Labirinto da Saudade*⁷ e *Nós e a Europa ou as duas razões*⁸. Naturalmente, muito e muito seriamente se tem escrito em termos de investigação científica sobre o tema da identidade portuguesa mas, para chegar a um leitor desprevenido e aberto, o romance continua a ser uma via buscada.

⁵ António Lobo Antunes, *As naus* (Lisboa: Dom Quixote, 1988).

⁶ José Gil, *Portugal, Hoje: O Medo de Existir* (Lisboa: Relógio d'Água, 2004).

⁷ Eduardo Lourenço, *O labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português* (Lisboa: Dom Quixote, 1978).

⁸ Eduardo Lourenço, *Nós e a Europa ou as Duas razões* (3ª ed. rev. e aum.) (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990).

Passo ao estudo de um caso: *Os naufragos do Mar da Palha*⁹, de João Medina, vindo a lume em 2006, ignoramos se para conquistar “o grande público”, se para suscitar a atenção profunda de apenas alguns *happy few*.

Trata-se de um romance fundamentalmente estático, embora sejam evocados múltiplos espaços percorridos pelas personagens em momentos anteriores ao tempo principal da diegese, este mesmo indefinido na sua duração, mas apresentado como um presente em que têm lugar uma série de encontros rituais, aos Sábados, num café restaurante, o “Mar da Palha”, situado no bairro lisboeta de Alcântara. Se, na fase decadente da geração de Eça os seus mais ilustres membros se encontravam para jantar, no romance de João Medina um grupo de cidadãos anónimos, ex-alunos de um professor de filosofia do liceu Pedro Nunes, encontram-se para almoçar com ele e ouvir os seus sermões sobre Portugal. O contraponto é significativo: a decadência (e morte) de Portugal deve ser ritualmente glosada antes da degustação de um caril de caranguejo e de várias chamuças, num café de bairro que constitui, significativamente, um mosaico multicultural (multiétnico e multi-religioso): Abdulkarim, o seu proprietário, é um indiano muçulmano membro de uma família que, em 1949, aquando da partição da Índia em duas nações com religiões incompatíveis, em vez de ir para o Paquistão, foi viver para Moçambique. Em 1975, com a descolonização de Moçambique, Abdulkarim é forçado ao seu segundo exílio, tendo escolhido Lisboa para residir e a exploração de um café como modo de vida. Félix, o cozinheiro, é um negro moçambicano que vive com Abdulkarim e que é capaz do milagre culinário da síntese de paladares, sendo ele próprio um assimilado pela paixão nacional portuguesa, o futebol. A empregada de mesa é uma russa da Ucrânia que sofrera a primeira perda identitária com a dissolução da União Soviética e acabara por emigrar, tendo chegado a Lisboa convencida de que esta cidade ficava em Espanha. A personagem principal, Tito, nascera em Moçambique, filho de um judeu errante com uma postura epicurista e de uma portuguesa católica. Ele próprio, ainda que atraído pela dimensão religiosa do homem, não tem convicções religiosas, tendo

⁹ João Medina, *Naufração do Mar da Palha* (Lisboa: Livros Horizonte, 2006).

a sua última ilusão de *re-ligação* com o transcendente sido desfeita ao tocar com a mão no Muro das Lamentações e sentir apenas o calor da pedra e o ridículo das mensagens *a lo divino* aí deixadas. A sua vida decorreu, na sua maior parte, em Portugal, se exceptuarmos a mais tenra infância, algumas viagens e três anos passados em Nantes. No presente da obra, Tito encontra-se reformado e, nos 27 capítulos que a compõem, profere vários discursos no café “Mar da Palha” perante uma reduzida assembleia de ex-alunos em que se destaca, pela sua postura religiosa (sempre na mira de Tito), um católico. Esses encontros terminam quando o café fecha as suas portas e, desta maneira se encerra um ciclo, o dos monólogos de Tito acerca de Portugal e dos portugueses. Depois de ter proclamado que Portugal acabou, num dos últimos sermões do “Mar da Palha”, Tito mudou-se para o último andar de um prédio frente ao mar e, enquanto pensava que o café já “se dissolvia lentamente no bojo do passado”¹⁰, apercebeu-se de que “vinha aí, ao seu encontro, silenciosamente, mole imensa do resto da eternidade, a onda gigante de um futuro feito de forças incoercíveis, imparáveis e devastadoras – o resto da sua vida”¹¹ (*Idem*, 315). Estas são as palavras finais do romance e incidem, não em “Portugal como problema”, mas no futuro do ser humano como indivíduo.

Resumido tão brevemente quanto possível o cronótopo do romance e renunciando, por uma forçosa necessidade de sermos breves, à análise de múltiplas linhas de leitura que João Medina oferece ao seu leitor, como são as numerosas epígrafes que antecedem cada capítulo, passamos ao tema da identidade nacional. Este arranca de uma descrição espacial, a do *Beco dos Contrabandistas*, no qual “se percebe nos olhos toldados de toda a gente uma tristeza imemorial, onde se assume, com uma sinceridade patética, a desistência colectiva de quem abandonou a jangada da História para naufragar numa ilha deserta”¹². Imediatamente depois da descrição deste espaço, que ocupa dois longos parágrafos, o narrador dá início a um discurso identitário anti-português ou excessivamente português (porque inconformista com formas degradadas de

¹⁰ Cf. *op. cit.*, p. 314.

¹¹ *Idem*, p. 315.

¹² *Idem.*, p. 10.

portugalidade), ainda que, para isso, João Medina recorra mais adiante à consagrada composição da personagem-desdobramento ou *alter-ego* do autor, como vulgarmente se conhece na gíria literária, Tito. Incluindo-se numa pessoa colectiva, afirma: “Somos, agora, um país sem reis nem armadas”, “um povinho pobrete e nada alegrete.”¹³ Este povo – “o Zé”, como gosta de lhe chamar, evocando um dos estereótipos nacionais –, situa-se nesse bairro simbolicamente arruinado, entalado entre a Praça da Armada e um chafariz dominado por uma imagem de Neptuno/Poséidon, deus a quem cabe “o feudo dos naufrágios e terremotos”¹⁴ e emblema do esmagamento que levou à derrocada identitária nacional. A Neptuno, o deus do tridente, preferido pelos “facciosos do poder real”¹⁵, opõe-se Atena, a deusa da oliveira, símbolo de modesta dieta alimentar, de democracia, de paz e trabalho. Porém, podemos dizer que esta é a grande ausente do universo criado neste romance de João Medina, totalmente dominado por Neptuno. Este fustiga os portugueses com dois cataclismos, embora seja evidente que esses cataclismos entram perfeitamente como desfecho na lógica da obra: um cataclismo foi o terremoto da revolução de 1974, que abanou a identidade portuguesa fundada na viagem imperialista; o outro foi o naufrágio da nação portuguesa na “torna-viagem”, na viagem do “regresso a casa”, como vulgarmente se diz para comentar o processo político anti-imperialista que se seguiu à revolução. No discurso político, a metáfora do regresso a casa costuma vir acompanhada de uma outra, a da “nova casa europeia”. No romance de João Medina postula-se a impossibilidade de regresso e a descrença nessa “casa europeia” que poderia acolher Portugal, onde a nação portuguesa poderia ter continuidade. Portugal é visto como

uma nação que, cessado o álibi colonial, teve de voltar para a Europa, fazer-se europeu, isto é, reinserir-se numa matriz global – científica, cultural, profissional, tecnológica, espiritual – de que esteve tantos séculos distraído, dando cutiladas nos pretos e gargarizando-se com a mitologia saloia do luso tropicalismo.¹⁶

¹³ *Idem., ibidem.*

¹⁴ *Idem., p. 11.*

¹⁵ *Idem., ibidem.*

¹⁶ *Idem., p. 24.*

Porém, não possuí o cabedal necessário para tal inserção, posto que lhe faltam elites, sendo a elite definida como “uma pedagogia social global pensada e estruturada com métodos e propósitos claros, finalizados”, falta-lhe “uma Pedagogia que crie Cidadania e Saber autênticos.”¹⁷ Aos portugueses de um tempo em que decorreram trinta anos sobre a integração europeia (recorde-se que este romance foi publicado em 2006) e que são referidos, como em muitas passagens da obra, como “nós”, apenas resta “saber o que é que somos, o que vamos fazer e qual o nosso futuro como pós-nação nesta Europa de pós-nações!”¹⁸ A grande questão, no sermão final de Tito, é a de sabermos se Portugal acabou:

Fomos de vez, e todos, ao fundo? Este nosso espaço escasso, tão claustrofóbico e angustiante, onde nos empilhamos a esmo, sem brio e sem glória, uns sobre os outros, como um bando de ciganos, com a nossa inútil história trágico-marítima de viagens e barcos soçobrados e gente afogada nesses desastres, sombrias aventuras contadas em velhos papéis guardados numa mala de cartão, este nosso quintal tão pedregoso e calcinado onde não vicejam nem a Utopia, nem a Coragem, nem a Vontade de Novas Aventuras – mas agora, como seria necessário e urgente, feitas *na vertical, para dentro de nós mesmos*, e não mais para o largo, para além deste finisterra onde o sonho acaba e o naufrágio começa –, é uma Nave Perdida, uma Nave-dos-Loucos, apinhada de azedas pataratas desalentadas e sem fito algum na vida, sem rotas nem mapas, sem capitães intrépidos nem homens-do-leme sabedores nem marinheiros capazes, a vogarem no vácuo do planeta, hasteando no mastro real uma bandeira de conveniência – é caso de o dizer, caramba, de mera *conveniência!*... –, essa, aliás, bonita bandeira azul de estrelas doiradas a fingir de nosso pendão, à falta de outro...¹⁹

A intenção de citar um fragmento extenso é a de mostrar a torrencialidade da escrita que caracteriza *Os naufragos do Mar da Palha*, em que o narrador e a personagem de Tito se aliam na prática do “acerbo prazer de maldizer da sua pátria madrasta.”²⁰ A sucessão vocabular

¹⁷ *Idem., ibidem.*

¹⁸ *Idem.*, p. 134.

¹⁹ *Idem.*, pp. 310-311.

²⁰ *Idem.*, p. 162.

lembra um enorme impropério, fustiga, repete, massacra o leitor com os estereótipos da lista identitária que é posta em questão. A retórica textual encena o prazer sado-masoquista da vociferação, desafia a uma prática coral como fuga ao esmagamento pela linguagem de quem assume a palavra, provoca. A linguagem é uma arena onde se encena uma luta e, se outra coisa se não consegue, pelo menos levanta-se muitíssima poeira. Explico-me: narrador e personagem principal constantemente se insurgem contra a referida lista identitária ou conjunto de imagens de marca que acima referi e de que constam elementos como os que são parodicamente desfiados perante um imaginário Catual que quer saber quem são os portugueses²¹: o milagre de Ourique, o milagre de Aljubarrota, alguns azulejos, o galo de Barcelos, o retrato de Camões, uma lista de maneiras de confeccionar o Fiel Amigo, a janela de Tomar, o eléctrico da carreira 28, de Lisboa, a flauta dos amoladores, um prato de sardinhas assadas, a execução dos Távoras, os pastéis de Belém, os painéis de Nuno Gonçalves, os bordados da Madeira e os doces do Algarve, algumas páginas de Eça e Camilo e “A Balada da Neve” de Augusto Gil, um forcado de Santarém, um toureiro a cavalo e um touro, o “conhecido casal Pedro & Inês”, o Zé Povinho, a pasta medicinal Couto, os chocolates Favorita, etc.. Narrador e personagem principal insurgem-se, com uma ironia corrosiva, contra uma série de estereótipos da lista identitária, mas não deixam de utilizar estereótipos que também fazem parte dela. Sublinhe-se, na citação extensa que fiz há pouco, a seguinte listagem de estereótipos: Portugal como finisterra e espaço claustrofóbico, comparação pejorativa dos portugueses com um bando de ciganos, história trágico-marítima, falta de capitães e homens-do-leme, ausência de Utopia, busca da conveniência e, sempre e sobretudo, o naufrágio.

O romance é, todo ele, um diálogo constante com os estereótipos nacionais, até aqueles que apenas funcionam como tal para alguns iniciados, como os que conhecem a literatura portuguesa. É o caso da “Orla Vã da Praia deserta” onde já não esperamos o Encoberto, mas o Nirvana,

²¹ *Idem*, pp. 70-71.

que é o estádio pós-nacional de um povo que, acabada a Viagem, tornou a Ítaca para esquecer que nunca encontrou nada nesses séculos de peregrinações, senão descaminhos, pântanos, selvas, perigos, ciladas, doenças, catástrofes, missões-de-soberania e outros nomes com os quais o Povo Néscio se enganava.”²²

Podemos concluir esta breve abordagem com uma afirmação de partida: entre um tipo de mobilidade – as viagens da Rota da Índia ou, mais concretamente, a problemática da torna-viagem nos séculos XVI e XVII – e as transferências imaginárias que essa mobilidade projectou até aos dias de hoje, joga-se nada menos que a auto-imagem de Portugal, a viagem vertical ao interior de nós próprios.

²² *Idem*, p. 311.